

CONCURSO PÚBLICO
SALGUEIRO - G.1 - PROFESSOR



PROFESSOR DE LIBRAS

INSTITUTO
igeduc
CONCURSOS E SELEÇÕES COM INTEGRIDADE

100 QUESTÕES OBJETIVAS

Leia atentamente as informações abaixo:

1. Sob pena de ELIMINAÇÃO do candidato, é proibido: **folhear este caderno de questões antes do horário de início da prova determinado em edital**; levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala; manter qualquer tipo de comunicação entre os candidatos; portar aparelhos eletrônicos, tais como telefone celular, receptor, gravador etc. ainda que desligados; anotar o gabarito da prova em outros meios que não sejam o Cartão de Respostas e este Caderno de Questões; fazer consulta em material de apoio ou afins.
2. No Cartão Resposta, confira seu nome, número de inscrição e cargo ou função, assine-o no espaço reservado, com caneta de cor azul ou preta, e marque apenas 1 (uma) resposta por questão, sem rasuras ou emendas, pois não será permitida a troca do Cartão de Respostas por erro do candidato.
3. Quando terminar sua prova, você deverá, OBRIGATORIAMENTE, entregar o Cartão de Respostas devidamente preenchido e assinado ao fiscal da sala, pois o candidato que descumprir esta regra será ELIMINADO.
4. Você deve obedecer às instruções dos coordenadores, fiscais e demais membros da equipe do Igeduc – assim como à sinalização e às regras do edital – no decorrer da sua permanência nos locais de provas.
5. Estará sujeito à pena de reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa, o candidato que utilizar ou divulgar, indevidamente, com o fim de beneficiar a si ou a outrem, ou de comprometer a credibilidade do certame, o conteúdo sigiloso deste certame, conforme previsto no Código Penal (DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940), em especial o disposto no Art. 311-A, incisos I a IV.

NOME

CPF

CADERNO DE QUESTÕES OBJETIVAS

Leia atentamente as informações abaixo:

- Cada um dos itens desta prova objetiva está vinculado a um comando que o antecede, permitindo, portanto, que o candidato marque, no cartão resposta, para cada item: o campo designado com o código V, caso julgue o item CERTO, VERDADEIRO ou CORRETO; ou o campo designado com o código F, caso julgue o item ERRADO, FALSO ou INCORRETO.
 - Para as devidas marcações, use a Folha de Respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva, o qual deve ser preenchido com cuidado pois marcações incorretas, rasuras ou a falta de marcação anularão a questão.
 - Para a análise dos itens (proposições / assertivas), considere seus conhecimentos, o teor do item e, quando aplicável, o texto a ele vinculado.
 - Nos itens que avaliarem conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
 - Você poderá consultar a cópia digital desta prova, dos gabaritos preliminar e final e acessar o formulário de recursos em concursos.igeduc.org.br.
-

**QUESTÕES DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
(de 1 a 70)**

Julgue os itens que se seguem.

01. Foi somente no final do século XIX e início do século XX que os grupos formados por deficientes de diversas categorias, incluindo os surdos, passaram a participar de forma mais intensa nos movimentos em busca de seu espaço nas camadas sociais.
02. As Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado são regulamentadas pelas normas estabelecidas em 2005. Esse tipo de atendimento tem como objetivo promover a formação, a autonomia e a independência do aluno, tanto dentro quanto fora da escola.
03. No eixo da linearidade, a LIBRAS apresenta uma combinação sequencial de vários elementos, além das sequências que compõem os sinais e as orações, porém sem uma sequência linear, com suspensões e movimentos.
04. Cabe ao profissional intérprete de LIBRAS realizar a interpretação da língua falada para a língua sinalizada e vice-versa, observando-se alguns aspectos: confiabilidade, parcialidade e discricção.
05. A gestão escolar tem a gestão pedagógica como pilar fundamental, pois é nela que o diretor atua como peça-chave para o pleno funcionamento do planejamento escolar.
06. O Corpus de Libras é o que inclui o inventário da LIBRAS, constituindo um instrumento de identificação, reconhecimento, valorização e promoção da Língua Brasileira de Sinais no contexto da Linguística.
07. O professor intérprete de LIBRAS atua como mediador dentro da sala de aula, transmitindo os conteúdos diretamente ao aluno surdo. Dessa forma, o professor regular é isolado do processo educacional, não participando das relações de inclusão do aluno surdo no meio educacional.
08. No Atendimento Educacional Especializado, o professor intérprete de LIBRAS precisa ter seu trabalho sempre articulado ao do professor da sala de aula comum, visando também à disponibilidade de serviços, recursos pedagógicos e acessibilidades que promovam a participação do aluno nas atividades escolares.
09. A partir do momento em que os sistemas de ensino universalizam o acesso, mas continuam excluindo os indivíduos e os grupos considerados fora dos padrões homogeneizadores da escola, o processo de democratização da educação evidencia o paradoxo inclusão/exclusão, apresentando características comuns nos processos e segregação e integração que pressupõem a seleção, naturalizando o fracasso escolar.
10. Tanto na LIBRAS quanto na Língua Portuguesa utilizamos os fonemas como unidade mínima para a formação das palavras, pois a comunicação ocorre mesma forma.
11. O Tadoma, um dos tipos de comunicação utilizados por pessoas surdocegas, acontece por meio de toques realizados nas costas da pessoa surdocega, por exemplo, podendo ser realizado em outras partes sensíveis do corpo também.
12. Na Língua Portuguesa, fazemos o uso de intensificadores como "muito", "pouco", e contamos com o acréscimo de sufixos nos adjetivos para designar quantidades e/ou intensidade. Já na LIBRAS, o "muito" também é usado, mas não conta com as configurações das mãos para que seu efeito seja notado na oração.
13. A nomenclatura "Pessoa com Deficiência" não é algo novo, porém, para se compreender sua origem, é preciso revisar diretrizes históricas da legislação nacional e internacional, que acabam conceituando as pessoas com deficiência como "indivíduos de capacidade reduzida", "excepcionais" e tantos outros termos.
14. Alunos surdos e com deficiência auditiva, por apresentarem maiores dificuldades em realizar anotações, ou até mesmo durante o uso dos dispositivos adicionais, acabam se tornando dependentes do professor intérprete de LIBRAS, que faz essas atividades por eles.

15. É necessário pontuar que, na perspectiva conceitual da inclusão escolar, o termo integração consiste em algo com significado diferente da forma como foi utilizado por Paulo Freire em suas abordagens.
16. A busca por assumir as diferenças e o empoderamento como forma de preservar a identidade da pessoa com deficiência é uma forma de combater a vulnerabilidade criada socialmente, podendo criar ativos que auxiliam na superação e administração de situações que as impeçam de progredir.
17. A gestão escolar engloba a coordenação de procedimentos, recursos, dados e diretrizes pedagógicas de uma instituição educacional, visando a assegurar a eficiência operacional, promoção do crescimento dos alunos e aprimoramento dos métodos de ensino.
18. A surdocegueira é caracterizada por uma condição na qual a pessoa pode nascer cega e surda (surdocegueira congênita), ou adquirir as deficiências primeiros anos de vida. As pessoas surdocegas podem ter audição residual e cegueira, ter surdez profunda e baixa visão, ter audição e visão residuais ou serem totalmente surdas e cegas.
19. As expressões facial e corporal fazem parte dos componentes não manuais, que complementam os parâmetros principais e os secundários que compõem a estrutura das frases na LIBRAS .
20. Ao se fazer referência à identidade dos surdos, referimo-nos aos modos como elas compreendem a si próprias nesse contexto, suas concepções, posturas e comportamentos. Com isso, vemos que a identidade surda é homogênea, pois os surdos se posicionam politicamente em favor dos próprios direitos, além de viverem e valorizarem a própria cultura.
21. Se tratando de casos legais, fica o intérprete de LIBRAS responsável por informar a corte que a interpretação literal não é possível, sendo feita uma paráfrase do que é dito ao surdo e o que o surdo está dizendo à corte.
22. A gestão escolar é multissetorial e conta com quatro pilares: gestão pedagógica, gestão administrativa, gestão financeira e gestão de recursos humanos.
23. A LIBRAS pode ser estudada da mesma forma que a Língua Portuguesa, pois suas bases gramaticais são as mesmas, independente da língua oral.
24. A inclusão de estudantes surdos em salas regulares tem se mantido estável, mesmo com o avanço na tecnologia, tanto na identificação quanto na intervenção precoce, o uso de implantes e softwares e professores intérpretes de LIBRAS.
25. Na visão de Paulo Freire, cabe ao educador segregar os historicamente excluídos, não se omitindo diante da opressão e legitimando o discurso do opressor.
26. A questão da arbitrariedade nas Línguas de Sinais é analisada considerando-se a iconicidade que integra tais línguas. Por um lado, ser arbitrário está associado à independência entre forma e significado e, por outro lado, a iconicidade é um princípio que manifesta uma transparência entre o sentido e a forma.
27. O intérprete de LIBRAS, mesmo já tendo conhecimento da língua, pode abster-se de cursos complementares ou superiores que complementem seu conhecimento, uma vez que não existem novos métodos de ensino para essa modalidade.
28. Pensar o Atendimento Educacional Especializado na perspectiva freiriana é aproximar-se de pensamentos assistencialistas e capacitistas, focando nas possibilidades e potencialidades inerentes aos indivíduos.
29. O professor intérprete não deve apenas fazer a transmissão dos conteúdos ao aluno surdo em sala de aula, ele também precisa estimulá-lo a participar das atividades diárias da turma e ajudá-lo a desenvolver um posicionamento crítico, seja com palavras ou ações, para que o aluno se torne um cidadão ativo.
30. Segundo Piaget, há cinco estágios básicos do desenvolvimento cognitivo para as crianças ouvintes, os quais se assemelham aos estágios de aquisição da linguagem dos sinais para as crianças surdas.
31. O professor intérprete, principalmente na Educação Infantil, precisa proporcionar a melhor prática de ensino ao seu aluno, tornando a prática individualizada, e sempre subestimando o melhor desse aluno.
32. A construção da identidade da pessoa surda é influenciada por vários fatores. De acordo com pesquisas, existem três tipos de identidade manifestos por pessoas surdas: identidade surda; identidade híbrida e identidade de transição.
33. No processo de aquisição da LIBRAS pela criança surda, a mesma passa por vários estágios, sendo que no estágio das primeiras combinações, que se inicia por volta dos dois anos de idade, ela já começa a utilizar palavras nas ordens gramaticais: sujeito-verbo, verbo-objeto e sujeito-verbo-objeto.
34. Para que seja estruturada gramaticalmente, a Libras é organizada em cinco grandes parâmetros, sendo o principal deles a configuração das mãos.
35. A concepção de currículo pode ser agrupada em duas grandes vertentes: a primeira delas, centrada no conhecimento; e a segunda, centrada no aluno. Sendo a primeira, a mais antiga, remonta aos tempos em que o conhecimento não se separava da crença religiosa. Já a segunda, entende que o currículo deve ser construído com base no conhecimento vindo das referências culturais do aluno.
36. Eventos como a Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em 1990, e a Declaração de Salamanca, em 1994, são grandes marcos para a criação de leis importantes para a comunidade surda brasileira.
37. A avaliação da aprendizagem é um instrumento utilizado para medir o desempenho dos alunos mediante a aplicação de testes com notas.
38. As normas estabelecidas visam à inclusão do aluno surdo, dispendo sobre a inclusão da LIBRAS como disciplina curricular, a formação e certificação de professores, instrutores e intérpretes de LIBRAS. Além disso, preveem o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para alunos surdos e a organização da educação bilíngue no ensino regular.
39. No ano de 2000, a legislação tornou oficial a Língua Brasileira de Sinais como segunda língua do país.
40. As crianças surdas não adquirem a língua de sinais com mais facilidade com que as crianças ouvintes adquirem a língua oral, mesmo sendo de modos diferentes.

41. O Congresso de Milão, ocorrido em 1980, reuniu pessoas ouvintes que votaram contra o direito dos surdos de se comunicarem por meio das linguagens de sinais, gerando um atraso no estudo e desenvolvimento dessa língua.
42. O professor intérprete de LIBRAS precisa saber que o objetivo principal da didática é contribuir para a construção do conhecimento do aluno, bem como ajudar no processo de desenvolvimento interpretativo e organizacional do aluno.
43. A prática de ensino é um desafio significativo para os professores nas escolas, especialmente devido à falta de infraestrutura adequada. É notável a quantidade de escolas que ainda não estão adaptadas para acessibilidade. Além disso, há uma escassez de recursos e equipamentos técnicos disponíveis para auxiliar os professores em sua prática pedagógica.
44. Assim como a avaliação somativa, que geralmente é aplicada ao final do bimestre/trimestre, valendo nota, a avaliação formativa é aplicada ao longo do bimestre/trimestre, também valendo nota, e tem o objetivo de informar o desempenho do aluno e dar condições ao professor de avaliar seu próprio trabalho.
45. A Educação Bilingue de Surdos teve início no Brasil com a chegada do educador francês Charles L'Épée, que, convidado pelo imperador D. Pedro I, veio para trabalhar na educação de surdos durante o reinado e criar o Instituto Nacional dos Surdos-Mudos.
46. De acordo com Vygotsky, o aprendizado está subordinado ao desenvolvimento das estruturas intelectuais da criança, e um se alimenta do outro, provocando saltos de nível de conhecimento. Dessa forma, o ensino acompanha o aluno na relação entre aprendizado e desenvolvimento.
47. A escola deve facilitar a inserção do aluno surdo em seu meio, pois isso é previsto pelo Plano Nacional de Educação. Essa inclusão, porém, ainda enfrenta muitos problemas, dentre eles a necessidade de formação continuada de professores. Com a formação continuada na perspectiva da inclusão, há urgência em preparar os docentes para essa experiência com os alunos surdos, pois essas dificuldades representam a complexidade da inclusão escolar.
48. A educação bilíngue para surdos procura não interferir na desconstrução de representações estigmatizadas das pessoas surdas, pois isso não compete às instituições de ensino nas quais os estudantes estão inseridos.
49. Para Vygotsky, as crianças com deficiência são consideradas crianças com defeitos, por não estarem dentro dos "padrões" de normalidade impostos pela sociedade. Para ele, a surdez é um obstáculo penoso.
50. O profissional intérprete de LIBRAS não deve se responsabilizar pela manutenção do respeito ao público surdo, tendo em vista que isso faz parte do cunho social e não comunicativo.
51. O professor de atendimento educacional especializado é responsável por estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade, além de estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares.
52. No Brasil, a primeira escola para surdos foi fundada no Rio de Janeiro, em 1857, o "Imperial Instituto dos Surdos-Mudos", hoje conhecida como "Instituto Nacional de Educação e Surdos". Foi nessa instituição que surgiu a LIBRAS, uma mistura da língua francesa com os sinais já utilizados pelos surdos brasileiros.
53. Na LIBRAS, as palavras não apresentam desinência de gênero, ficando a escrita das palavras representadas com o sinal @ no lugar das desinências "a" e "o" comumente utilizadas na Língua Portuguesa para indicar feminino e masculino, e também o plural, pois não há desinência de número.
54. Os surdos, quando são inseridos em escolas regulares, muitas vezes não precisam do apoio dos intérpretes/tradutores de LIBRAS, para que lhes seja repassado o conteúdo.
55. Na Língua Portuguesa, as construções sintáticas não precisam obedecer a uma ordem exata, pois sabemos que existem orações em ordem direta e em ordem indireta. Já na LIBRAS, a ordem dos sinais na construção de um enunciado precisa obedecer a regras que vão interferir na forma que o surdo vai processar a informação que está sendo transmitida.
56. A Didática Cultural dos Surdos sempre questiona o que é próprio dos surdos e sobre como alguém se constitui superior a eles, ou seja, questiona as práticas normalizadoras dos ouvintes em relação aos surdos. Nessa didática, o surdo é um sujeito multifacetado, com múltiplas identidades.
57. A falta de coordenação e articulação da política educacional curricular até agora impediu que unidades da federação se comprometessem com um pacto ou entendimento nacional no que respeita aos currículos de seus sistemas de ensino. Isso inclui o apoio técnico e financeiro do governo federal para fortalecimento da capacidade de formulação e implementação de currículos adequados às realidades escolares.
58. De acordo com o MEC, as avaliações de aprendizagem são coordenadas pelo Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), e as mais utilizadas são: o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB); Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB); Prova Brasil e Provinha Brasil.
59. O papel do professor intérprete de Libras precisa ultrapassar a simples "tradução" do que está sendo dito, envolvendo também a promoção coerente da inclusão, e não apenas a inserção dos surdos em uma sala de aula regular.
60. Na fonética da LIBRAS, os sinais são classificados pelo número de mãos com que são articulados: ausência ou presença de uma ou duas mãos. Ou seja, podem ser não manual, monomaneal ou bimanual.

QUESTÕES DE CONHECIMENTOS GERAIS (de 71 a 100)

Julgue os itens que se seguem.

61. O marco mais significativo na história da educação dos surdos ocorreu no século XVIII, com a fundação da primeira escola para surdos em Paris, França, pelo abade Charles-Michel de l'Épée. A Escola Nacional de Surdos-Mudos, fundada em 1770, foi pioneira no uso de uma língua gestual natural para a educação dos surdos, conhecida como Língua de Sinais Francesa.
62. Para os estudantes surdos em escolas bilíngues, que possuem atendimento especializado, a matrícula dos mesmos em escolas regulares não poderá ser feita em escolas regulares, tendo em vista seu acesso às escolas especializadas.
63. O principal objetivo da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva é assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, orientando os sistemas de ensino para garantirem o acesso ao ensino regular e a aprendizagem aos níveis básicos de ensino.
64. A abordagem educacional, por meio do bilinguismo, busca capacitar a pessoa surda para a utilização das duas línguas, tanto no cotidiano escolar, quanto na vida social.
65. Conforme as normas vigentes, a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) deve estar incluída no Projeto Político Pedagógico da escola de ensino regular. Esse planejamento deve prever a presença de um profissional tradutor/intérprete de Língua Brasileira de Sinais, guia-intérprete e outros profissionais que possam apoiar as atividades destinadas a alunos surdos.
66. A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é oficialmente reconhecida como um meio legítimo de comunicação e expressão para a comunidade surda. Além disso, a disciplina de LIBRAS deve ser incluída no currículo dos cursos de formação de professores e fonoaudiologia.
67. Dentre as causas mais comuns da surdocegueira congênita, estão as síndromes genéticas (Usher, Trissomia, Goldenhar), diabetes, tumores cerebrais e outras complicações.
68. A Convenção de Guatemala, de 1999, afirma que as pessoas com deficiência possuem os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas. Esse Decreto teve importante repercussão na educação, exigindo uma reinterpretação da educação especial, compreendida no contexto da diferenciação adotada para promover a eliminação das barreiras do acesso à escolarização.
69. O atendimento educacional especializado foi criado, inicialmente, para atender somente alunos com deficiências físicas e/ou alunos que possuam transtornos globais do desenvolvimento, como o Autismo.
70. O professor intérprete de LIBRAS precisa ter ciência de que, no processo de alfabetização da criança surda, a construção da linguagem precisa acontecer de forma lúdica, a fim de facilitar a aprendizagem e a aquisição da mesma pela criança. Depois, ela passará a ter contato com a língua portuguesa, que será a modalidade escrita.
71. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) expressa em seu texto que, de acordo com os êxitos estruturantes da Educação Infantil, devem ser assegurados cinco direitos de aprendizagem e desenvolvimento para que as crianças tenham condições de aprender e se desenvolver. Sendo eles: conviver, brincar, sintetizar, expressar e explorar.
72. A LDB 9394/96 prevê a valorização dos profissionais da educação, garantindo-lhes formação continuada, remuneração digna e condições adequadas de trabalho, como forma de promover a qualidade do ensino e o desenvolvimento profissional dos docentes.
73. A BNCC é elaborada com a participação de diversos especialistas em educação, por meio de consultas em universidades públicas e privadas e debates, visando representar os interesses e necessidades de diferentes segmentos da sociedade.
74. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96, ao consagrar a obrigatoriedade do Ensino Fundamental e Médio, consolida um arcabouço normativo que não apenas prescreve a universalização do acesso à educação para todos os cidadãos brasileiros, mas também estabelece a necessidade premente de se alcançarem padrões mínimos de qualidade e equidade educacional, configurando-se assim como um instrumento jurídico essencial para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva por meio da educação.
75. A contribuição mais significativa da BNCC é o de substituir os currículos das disciplinas escolares das redes públicas federal, estaduais e municipais, uma vez que determina o que deve ser ensinado em cada escola.
76. As competências gerais definidas pela BNCC refletem uma concepção ampliada de educação, que vai além da mera transmissão de conhecimentos, buscando desenvolver habilidades e valores essenciais para a participação ativa na sociedade.
77. A BNCC é um documento estático, mas que pode sofrer revisões e atualizações periódicas, para acompanhar as mudanças na sociedade, na economia e nas demandas educacionais, visando sempre garantir uma educação de qualidade e relevante para todos os estudantes.
78. Ao integrar a educação ambiental de forma transversal ao currículo, a BNCC busca sensibilizar os alunos para a importância da preservação dos recursos naturais e para a adoção de práticas sustentáveis, contribuindo para a construção de uma sociedade mais consciente e responsável.
79. De acordo com a BNCC, não é competência geral da Educação Básica: utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.

80. A BNCC propõe uma abordagem interdisciplinar e contextualizada, que articule os conteúdos curriculares com os desafios e demandas da sociedade contemporânea, preparando os alunos para enfrentar os problemas complexos do mundo atual.
81. O Ensino Fundamental, de acordo com o artigo 32 da LDB 9394/96, deve ser presencial, sendo o ensino a distância utilizado apenas como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais.
82. A implementação integral da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) requer uma abordagem multifacetada, que transcende simplesmente a reconfiguração curricular, envolvendo uma análise profunda das estruturas educacionais existentes, um realinhamento dos paradigmas pedagógicos e uma reconstrução dos processos de avaliação, a fim de efetivamente catalisar a transformação educacional necessária para a promoção de uma sociedade mais inclusiva, crítica e criativa.
83. Uma das propostas da BNCC é o aumento gradativo da carga horária diária nas escolas, com o objetivo da ampliação da jornada até alcançar o período integral. Inicialmente, a carga horária deve ser aumentada para 5 horas diárias até 2026 e gradativamente aumentada até 8 horas diárias no ano de 2032.
84. A integração entre educação e trabalho é uma das diretrizes da LDB, que reconhece a importância da formação profissional como um elemento essencial para a inserção dos jovens no mercado de trabalho e para o desenvolvimento socioeconômico do país.
85. A Base Nacional Comum Curricular estabelece diretrizes curriculares que visam a promover uma educação de qualidade, centrada no desenvolvimento integral do estudante, abrangendo aspectos cognitivos, afetivos, sociais e éticos.
86. A LDB 9394/96 estabelece a educação como um processo permanente e ao longo da vida, reconhecendo a importância da educação não formal e informal, bem como da educação de jovens e adultos, na promoção da aprendizagem ao longo de toda a vida.
87. A participação da comunidade na gestão democrática é estabelecida pela LDB 9394/96, garantindo a participação dos pais, alunos, professores e funcionários na elaboração e execução das políticas educacionais, visando à promoção da qualidade do ensino e à construção de uma cultura de paz e cidadania.
88. A LDB 9394/96 estabelece, de forma clara, a obrigatoriedade do Ensino Fundamental, compreendendo a faixa etária dos 6 aos 16 anos, garantindo assim o acesso e permanência de todas as crianças nesse nível de ensino, em conformidade com o artigo 6º da referida lei.
89. A LDB 9394/96 estabelece, em seus artigos 29 e 30, que a oferta da Educação Infantil é de responsabilidade da União, através da criação de creches e pré-escolas, além de garantir acesso gratuito em estabelecimentos públicos ou conveniados, assegurando assim o direito à educação desde a primeira infância.
90. A BNCC determina o currículo específico de cada escola e também define as competências e habilidades essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo da Educação Básica.
91. A Lei nº 13.415, de 2017, incluiu na LDB 9394/96 a obrigatoriedade de estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia na Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio.
92. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) é o principal marco legal da educação no Brasil, fundamentando-se em princípios democráticos e humanistas que visam assegurar a universalização do acesso à educação de qualidade.
93. A LDB 9394/96, em seu artigo 26, determina que os currículos do Ensino Fundamental e Médio devem ser estabelecidos de forma flexível, com base nas características regionais e locais, sendo elaborado pelas questões de estados e municípios.
94. A Lei nº 11.525, de 2007, incluiu na LDB a obrigatoriedade do Ensino Fundamental ministrado em língua estrangeira, para todas as escolas onde houvesse a possibilidade da expansão de turnos, com oferta do ensino integral e o trabalho da língua materna em um desses turnos.
95. Sobre a diversidade cultural, podemos dizer que a BNCC reconhece a diversidade cultural e regional do Brasil, propondo uma educação que valorize as especificidades locais e respeite as diferenças étnico-raciais, socioeconômicas e de gênero.
96. De acordo com a LDB 9394/96, a integração entre educação e tecnologia é incentivada o uso das tecnologias da informação e comunicação (TIC) no processo de ensino e aprendizagem, como forma de ampliar o acesso ao conhecimento e desenvolver habilidades essenciais para o século XXI.
97. A LDB 9394/96, em seu artigo 26, estabelece a obrigatoriedade da inclusão da educação física como componente curricular obrigatório em todas as etapas da Educação Básica, incluindo o Ensino Fundamental. Para o Ensino Médio, a disciplina deve ser adotada na medida que seja abarcada pelo currículo.
98. Ao valorizar o trabalho colaborativo e o debate democrático, a BNCC contribui para o desenvolvimento de habilidades sociais e para a formação de cidadãos críticos e participativos, capazes de atuar de forma construtiva na sociedade.
99. Ao incorporar as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) de forma transversal ao currículo, a BNCC busca proporcionar aos alunos experiências de aprendizagem mais dinâmicas e interativas, que explorem todo o potencial das tecnologias para ampliar o acesso ao conhecimento e desenvolver habilidades essenciais para o século XXI.
100. A LDB 9394/96 reconhece a autonomia dos sistemas de ensino, dos estabelecimentos escolares e dos docentes na organização e gestão pedagógica, respeitando a diversidade regional, cultural e étnico-racial do país.

RASCUNHO

PROIBIDO DESTACAR

RASCUNHO